

## **CADER e o repúdio à violência da Polícia Militar e ao assassinato de Mãe Bernardete**

A Diretoria Executiva de Direitos Humanos, representada pela Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial (CADER), da Unicamp solidariza-se com o povo negro diante dos gravíssimos episódios de racismo e ódio manifestados nas chacinas da Baixada Santista, promovidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e no covarde assassinato da líder quilombola baiana Ialorixá Bernadete Pacífico.

Mesmo distantes geograficamente, os episódios carregam a mesma marca do racismo. A naturalização do assassinato de jovens pretos periféricos e da liderança quilombola e antirracista coexistem e propulsionam o apagamento político, cultural e físico da população negra brasileira, reforçando o racismo em relação às tradições de luta e resistência dessa população marginalizada, o que Abdias Nascimento acertadamente configurou como genocídio do povo negro.

Moradore(a)s das comunidades e familiares das vítimas da chacina em Guarujá afirmam que pessoas inocentes foram retiradas de suas casas e executadas pela Polícia Militar paulista no contexto da Operação Escudo, deflagrada no último 29 de julho, e que já vitimou ao menos 20 pessoas na Baixada Santista.

Mãe Bernadete, como era conhecida a Ialorixá Bernadete Pacífico, por sua vez, foi vítima de um brutal homicídio na Bahia, no último 17 de agosto, atingida por 12 tiros na cabeça. Líder nacional dos povos quilombolas, Bernadete lutava não só pela demarcação e respeito ao território e saber ancestral de seu povo, como também pela resolução e prisão dos responsáveis pelo assassinato de seu filho Binho do Quilombo ocorrido há 6 anos.

É crucial e urgente que esses e outros crimes e o rastro de destruição que representam não sigam impunes. Que os governos do Estado de São Paulo e da Bahia tomem as necessárias providências para a responsabilização dos criminosos e promovam medidas de efetiva proteção àquelas e aqueles que têm sido atacados pela política institucional racista que impera em nosso país.

A CADER junta-se às vozes que exigem que o Estado brasileiro realize, de forma célere e comprometida com os direitos humanos, investigações imparciais e transparentes, e que execute medidas de proteção e reparação para os familiares das vítimas. Exigimos também que sejam respeitados os mecanismos de proteção legal para o amparo das comunidades quilombolas e periféricas, tanto da Bahia quanto da Baixada Santista.

**Campinas, 25 de agosto de 2023.**